

CIES e-Working Paper N.º 104/2011

**Expressões Alterglobais na Sociedade Portuguesa: Ecos Transnacionais
de Novas Formas de Acção Colectiva?**

CRISTINA NUNES

CIES e-Working Papers (ISSN 1647-0893)

Av. das Forças Armadas, Edifício ISCTE, 1649-026 LISBOA, PORTUGAL,

cies@iscte.pt

Cristina Nunes Socióloga. Assistente de Investigação no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL). *E-mail:* cristina.nunes@ics.ul.pt

Resumo

Partindo da realização do primeiro e do segundo Fórum Social Português, o artigo explora a expressão das acções alterglobalização na sociedade portuguesa. À luz de diferentes correntes teóricas, analisam-se o conceito de movimento social e os recentes contributos sobre as iniciativas alterglobalização. Segue-se o mapeamento das principais acções alterglobalização, internacionais e nacionais. Por último, recorrendo à análise de conteúdo por temas, expõem-se os resultados obtidos através das entrevistas realizadas a membros de associações/organizações participantes no primeiro e no segundo Fórum Social Português.

Palavras-chave: acção colectiva; iniciativas alterglobalização; Fórum Social Português; redes transnacionais.

Abstract

Taking the first and the second Portuguese Social Forum as starting points, the article explores the expression of alterglobalization actions in Portuguese society. In the light of different theoretical perspectives, we examine the concept of social movement and the recent contributions to the alterglobalization initiatives. Secondly, we map the key alterglobalization actions in international and national contexts. Finally, using thematic content analysis, we present the results obtained through in-depth interviews with members of associations/organizations participating in the first and the second Portuguese Social Forum.

Keywords: collective action; alterglobalization initiatives; Portuguese Social Forum; transnational networks.

1. Introdução¹

Os chamados movimentos alterglobalização², que despontaram, em 1999, na manifestação de Seattle contra a Organização Mundial do Comércio (OMC), e que se reúnem anualmente no Fórum Social Mundial (FSM), introduziram novos debates no seio da sociologia dos movimentos sociais.

Estas iniciativas transnacionais, ancoradas no desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), conduziram diferentes autores a reflectir sobre a possível existência de novos modos de construção e de organização de acção colectiva, de novas formas de cidadania global e de interacção entre os movimentos sociais.

Circunscrevendo-se o objecto de estudo empírico à realização do primeiro (Lisboa, 2003) e do segundo (Almada, 2006) Fórum Social Português (FSP), o artigo explora a expressão das iniciativas alterglobalização na sociedade portuguesa. Seleccionámos o FSP como unidade de análise privilegiada, quer por ser um espaço onde afluíram associações que se identificam com as dinâmicas alterglobalização, quer por se promover como um evento integrado na construção dos fóruns sociais alternativos, numa sociedade onde as análises sociológicas apontam para a permanência de níveis de mobilização cívica e de associativismo muito baixos.

Na operacionalização da pesquisa foi utilizada uma metodologia qualitativa, baseada na entrevista semidirectiva e na análise de conteúdo temática. Inquiriram-se dez representantes de associações/organizações presentes no FSP. No processo de selecção dos entrevistados, tentou-se respeitar o critério da *pluralidade* das identidades colectivas (Farro, 2002, 2004) presentes nas acções alterglobalização.

¹ O artigo resultou de uma tese elaborada no âmbito do Mestrado em Sociologia, especialidade em investigação, defendida, no ISCTE-IUL, em Maio de 2010.

² Começaram por ser conhecidos como movimentos antiglobalização. O termo foi rejeitado pelos activistas, que o substituíram por alterglobalização. São também utilizados termos como “movimento dos movimentos” ou o “movimento pela justiça global”. Nos estudos sociológicos são utilizadas as mesmas designações, existindo assim uma transposição da linguagem do senso comum para a terminologia conceptual.

Na observação dos discursos foram privilegiados três eixos analíticos: (1) o perfil organizacional das associações, as representações e esferas de actuação sobre os temas da globalização; (2) os níveis de envolvimento, mobilização e participação no processo de construção do FSP e (3) os significados atribuídos às acções alterglobalização nos níveis nacional e internacional.

2. Os paradigmas teóricos na sociologia dos movimentos sociais

A partir da década de 60, com o aparecimento de novos actores colectivos, encetou-se, na Sociologia, um processo intensivo de produção teórica e empírica sobre a acção colectiva e os movimentos sociais.

Porta e Diani (1999) destacam diferentes correntes teóricas na progressão dos debates neste campo do saber sociológico. Nos EUA, a emergência da Teoria da Mobilização de Recursos (TMR) (Zald e McCarthy; Oberschall) e da perspectiva do processo político (Tilly, Tarrow e McAdam); na Europa, as análises desenvolvidas no âmbito da teoria dos novos movimentos sociais, quer pela abordagem accionalista de Touraine, quer pelos contributos de Melucci.

A TMR surge num contexto de oposição à teoria do comportamento colectivo, que tendia a observar as mobilizações como acções irracionais originadas por disfunções em determinados níveis do sistema social (McDonald, 2002). A TMR desmistifica esta perspectiva e introduz a variável racionalidade no estudo dos movimentos colectivos. Estes começam a ser analisados como grupos de pressão organizados que, com o objectivo de alcançarem a realização dos seus interesses particulares, accionam estrategicamente determinados recursos para aceder aos órgãos de poder político institucionais. Para compreender o funcionamento dos movimentos colectivos, esta abordagem aplica o modelo das teorias da escolha racional, nomeadamente a análise dos custos-benefícios. A centralidade dos aspectos racionais no seio da TMR conduziu ao aparecimento de algumas perspectivas que criticam a parca importância atribuída aos factores subjectivos no desenvolvimento da acção colectiva (Scott, 2001).

A perspectiva do processo político também se integra na abordagem racional dos movimentos sociais, mas concentra-se sobretudo na relação que estes possuem com o

sistema político institucional (Porta e Diani, 1999; Tilly, 1999). Este factor explica, na abordagem do processo político, a importância central do conceito de *estrutura de oportunidade política* (Porta e Diani, 1999; Tarrow, 2005). É considerado que o sucesso ou insucesso de um determinado movimento social depende, em parte, do contexto político (mais aberto ou fechado à transformação sociopolítica) vivido em cada período histórico. Por outro lado, a análise incide mais nos resultados e ganhos obtidos pelos movimentos sociais do que na formação e estruturação das suas identidades. Esta postura ajuda a compreender o facto de não se considerar a existência de uma identidade colectiva, ou seja, de um conjunto de normas e crenças partilhadas pelos actores, como uma característica que distingue os movimentos sociais de outras formas de acção colectiva (Tilly, 1999).

Um dos pressupostos teóricos subjacentes ao conceito de movimento social de Touraine (1984) é a existência de uma identidade colectiva coesa. O processo de construção identitária dos movimentos sociais também se assume como um dos principais contributos de Melucci (1996). Estas diferenças face às teorias emergentes no contexto norte-americano foram observadas “como uma oposição entre os paradigmas da ‘identidade’ e da ‘estratégia’” (McDonald, 2002).

Para Touraine (1984), o conceito de movimento social não pode ser confundido com meros comportamentos colectivos que mobilizam mecanismos estratégicos para atingirem determinados fins. Só podemos considerar a existência de um movimento se se conjugarem três princípios: Identidade (I), Oposição (O) e Totalidade (T). Os actores envolvidos na construção da acção têm de partilhar uma identidade assente em relações de solidariedade (I), esta identidade opõe-se a um ou mais adversários sociais, com quem mantém uma relação conflitual sobre as orientações sociais e culturais dominantes no funcionamento das sociedades (O), e é necessária a criação de propostas alternativas que conduzam às mudanças sociais desejadas (T). A teoria accionalista desenvolve uma análise sobre os “velhos” e os “novos” movimentos sociais, situando-os, respectivamente, no contexto do processo de industrialização das sociedades ocidentais e no surgimento da chamada sociedade pós-industrial. Para Touraine (1984) e Wiewiorka (2003), a sociedade industrial foi atravessada por um conflito central que opôs os operários àqueles que dominavam as formas de funcionamento e organização do trabalho. Por contraposição ao

movimento operário, os autores (Touraine, 1997; Wieviorka, 2008) definem os novos movimentos sociais como característicos das sociedades pós-industriais. O que os distingue do primeiro é o facto de a identidade de classe não ser o motor de desenvolvimento principal da acção colectiva. O factor que motiva, entre a década de 60 e 70, o aparecimento dos movimentos ecologistas, pacifistas, feministas e estudantis não é a existência de um antagonismo entre capital e trabalho, mas de conflitos que contestam as *orientações culturais da sociedade* e que assentam na defesa de valores pós-materialistas. Enquanto o movimento operário esteve associado à defesa de um paradigma político alternativo, os novos movimentos propõem modelos que apelam à mudança sobre temas relacionados com a subjectividade e a identidade, quer seja com as desigualdades de género, a discriminação racial, ou a assunção de identidades culturais ou, ainda, com o apelo à transformação das relações entre natureza e sociedade (Wieviorka, 2008).

Apesar de a análise de Melucci (1996) incidir sobre os movimentos sociais contemporâneos, o autor considera que a discussão sobre o que distingue os velhos e os novos movimentos sociais não resolve as questões epistemológicas fundamentais. Para o autor (1996), que propõe uma abordagem construtivista da acção colectiva, os movimentos contemporâneos não devem ser considerados novos nem velhos, mas como portadores de orientações e elementos pertencentes a diferentes períodos históricos. Não obstante as referências críticas ao termo “novos movimentos sociais”, as especificidades do seu conceito de movimento social aproximam-se do elaborado por Touraine.³ O processo de construção da identidade colectiva assume um enfoque importante na sua teoria dos movimentos sociais (Melucci, 1996). O autor refere que o processo de construção identitário nos movimentos sociais contemporâneos é mais complexo do que no movimento operário porque, no passado, existia uma condição de classe partilhada que representava a essência da acção colectiva.

³ Para Melucci (1996: 28), um movimento social representa um tipo de acção colectiva particular que “(i) invokes solidarity, (ii) makes manifest a conflict, and (iii) entails a breach of the limits of compatibility of the system within which the action takes place.”

3. Movimentos alterglobalização: a emergência de novas formas de acção colectiva?

Na década de 90, com a queda do muro de Berlim, o fim do mundo político bipolar, e o desenvolvimento das TIC, consolidam-se as teses de que vivemos num mundo cada vez mais global, em todas as dimensões da vida colectiva. Os debates sobre a globalização estendem-se também à sociologia dos movimentos sociais. A construção de espaços transnacionais de contestação – contra o que os activistas consideram um modelo de globalização neoliberal iniciado pelo Consenso de Washington e cristalizado nas instituições financeiras e políticas mundiais e regionais –, despertou um ciclo de debates sobre a renovação dos quadros analíticos utilizados na compreensão dos fenómenos de mobilização colectiva.

O debate teórico em torno dos movimentos alterglobalização não é consensual. Na esteira da perspectiva accionalista de Touraine, autores como Wieviorka (2008) e Farro (2002, 2004) reconhecem-lhe a presença de elementos empíricos novos mas também identificam a permanência de características advindas de formas de mobilização colectiva anteriores. No âmbito da teoria do processo político, Tilly (2004) e Tarrow (2005) perspectivam-nos como uma extensão e transposição do contencioso político surgido nos contextos nacionais para os espaços internacionais. Autores como McDonald (2002, 2006) apelam a uma renovação dos paradigmas teóricos para explicar acções que consideram ser novas, tais como as desenvolvidas pelos grupos de acção directa participantes nos encontros alterglobalização. No entanto, um traço comum a todas as análises é a importância que as TIC assumem na formação idiossincrática dos movimentos sociais da actualidade.

Mas, do ponto de vista da análise sociológica, o que é “novo” nos movimentos que clamam “um outro mundo é possível” e que apelam a formas de globalização alternativas nos níveis político, social, económico e cultural?

Farro (2002, 2004) afirma que ao analisarmos os protestos em torno da globalização se distinguem as seguintes características: a *pluralidade* das identidades nos actores participantes, a *fluidéz* das formas de organização que corporizam os seus relacionamentos, a importância da afirmação da *subjectividade* identitária, a *oposição* e *resistência* à dominação social e económica e à hegemonização cultural. O autor (2002)

divide em quatro grupos os actores que se têm destacado nos conflitos da globalização através da participação nas manifestações e nos fóruns sociais alternativos.

A maior parte dos elementos que compõem os dois primeiros grupos surgiu recentemente e “privilegia as acções que pretendem intervir na orientação global dos aspectos económicos, sociais, culturais e políticos da vida social contemporânea, enfatizando a estrutura global das instituições” (Farro, 2002: 1).

No primeiro, incluem-se os centros culturais e as organizações de *media* alternativos (*Indymedia*), ligados à acção directa, que assumem uma vertente cultural nas suas intervenções sobre as questões da globalização. No segundo, incluem-se as associações políticas que se dedicam a analisar criticamente o funcionamento das instituições financeiras e políticas mundiais, como a Associação para a Taxação das Transacções Financeiras para a Ajuda aos Cidadãos (ATTAC), a Fifty Years Is Enough e a Bretton Woods Project.⁴

O terceiro e quarto grupos “são constituídos por aqueles que trazem para o movimento contemporâneo abordagens tradicionais da acção, já definidas no passado” (Farro, 2002: 2). Na primeira categoria, inserem-se os “novos movimentos sociais”, como os feministas e ecologistas, e, na última, integram-se os sindicatos de trabalhadores industriais e as organizações agrárias.

Por último, é pertinente aditar as Organizações Não Governamentais (ONG) religiosas e laicas, vocacionadas quer para o desenvolvimento e a ajuda humanitária (Comité Católico contra a Fome e pelo Desenvolvimento, Médicos sem Fronteiras e Oxfam), quer para a denúncia da violação dos direitos humanos (Amnistia Internacional e Human Rights Watch).

Cada um dos grupos reflecte a heterogeneidade das identidades participantes e a consequente diversidade dos temas de discussão e de propostas por “uma outra globalização”. Farro (2004: 635) defende que os participantes “conseguem activar uma rede de comunicação, através da qual conseguem chegar a consensos gerais tanto no que se refere às críticas dirigidas à globalização neoliberal como no que concerne às possibilidades de construir um mundo alternativo”. A rede das manifestações e dos

⁴ Os exemplos são da nossa autoria.

espaços de debate é construída através de dois formatos organizacionais: de um lado, desenvolve-se uma configuração, que podemos apelidar de virtual, onde as tecnologias de comunicação, em particular a Internet, desempenham um papel fundamental. Através da utilização do *e-mail* e dos blogues, os actores comunicam entre si e apelam à participação nas mobilizações. Do outro lado, temos uma estrutura “face-a-face”, ou seja, de encontros entre os actores (assembleias de preparação das manifestações e fóruns sociais alternativos), que tenta dar continuidade às relações estabelecidas *on-line* e transpor a organização em rede e fluida para o funcionamento dos eventos alterglobalização.

O tema do papel assumido pelas TIC no desenvolvimento das formas de acção colectiva das sociedades actuais tem sido um dos mais destacados por diferentes análises (McDonald, 2002, 2006; Diani, 2003; Tilly, 2004; Tarrow, 2005). Um dos pontos consensuais é o facto de as TIC acelerarem as interacções entre os movimentos sociais e proporcionarem uma rápida difusão mundial das campanhas de contestação. Tilly (2004) afirma que a Internet poderá conduzir a uma diminuição dos encontros entre os activistas nos modos de construir as suas reivindicações, programas e identidades. Para Bennet (1993, citado por Tilly, 2004), a Internet produz a vantagem de organizações com menos recursos poderem participar mais activamente nos protestos internacionais. No entanto, o autor considera que as relações, ao serem mais descentralizadas, acarretam também alguma fragilidade, nomeadamente ao nível da *coordenação* e *controlo* das acções e *compromisso* entre os activistas. No mesmo sentido, Tarrow (2005) adverte para o fenómeno da possível vulnerabilidade causada pelas TIC, referindo que, através da Internet, um único activista pode desestabilizar os objectivos de um determinado movimento social. O autor considera excessivo o facto de alguns teóricos, como Bennet, observarem a Internet como um meio que por si só pode gerar movimentos sociais. Autores como Diani (2003) também partilham a visão de que as TIC são mais uma extensão das relações construídas face-a-face do que geradoras de novas interacções sociais.

Pode-se afirmar que a Internet permite às formas de mobilização colectiva actuais uma maior eficiência na *internacionalização da acção* e no desenvolvimento de um *nível de consciência global dos actores*, mesmo quando edificam acções locais (Wieviorka, 2008: 45). Autores como Wieviorka (2008) consideram que, nos movimentos alterglobalização,

a referência do espaço nacional, como palco primordial para o desenvolvimento das acções, deixa de ser tão importante como no caso dos “novos movimentos sociais” e, em particular, do movimento operário.

Por seu turno, Tarrow (2005) reconhece que a internacionalização dos movimentos sociais é um traço distintivo das formas de mobilização actuais e que a tradição teórica onde se insere tem dado pouca relevância a este aspecto. No entanto, o autor afirma que estas formas de contencioso internacionais são mais uma extensão das formas de reivindicação domésticas que, não encontrando resposta para a sua resolução nas instituições de âmbito nacional, se transpõem para os espaços internacionais.

Se, por um lado, a maior parte das reflexões sublinha a importância das TIC, como instrumentos que permitem uma intensificação dos processos de mediatização das iniciativas e que ampliam mundialmente os temas tratados pelos movimentos sociais, por outro, alguns autores destacam as questões relacionadas com a relevância que a defesa da *subjectividade identitária* (Farro, 2004), como no caso dos movimentos indígenas, feministas e LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transgéneros), e da asserção da *experiência pública do self* (McDonald, 2002, 2006), assumem nos movimentos alterglobalização.

McDonald (2002, 2006) propõe que, para se compreender os conflitos em torno da globalização, é necessária uma mudança paradigmática que substitua os termos de *solidariedade* e *identidade colectiva* pelos de *fluidez* e *experiência pública do self*. Em primeiro lugar, porque nas iniciativas alterglobalização se faz a apologia da *cultura das redes* e dos processos de organização fluidos, assentes nos princípios da horizontalidade e da não-nomeação de líderes. Em segundo lugar, muitos dos participantes não partilham uma cultura de solidariedade baseada numa identidade comum que os conduz a oporem-se aos processos de globalização. Muitos actores afirmam participar nestas acções porque lhes é possível assumir características da sua identidade e subjectividade pessoais que lhes são negadas pelos processos de globalização. Por outro lado, existem ainda indivíduos que têm uma actividade multiparticipativa e/ou efémera nos encontros alterglobalização: são actores que pertencem simultaneamente a diferentes organizações, que se desvinculam de uma dada causa para abraçar outra ou que se juntam a estes protestos de forma transitória, chegando a constituir uma determinada acção para um

único protesto de luta. Estas formas de organização e de pertença “voláteis” não eram tão expressivas no passado, em que os indivíduos tendiam a pertencer durante toda a vida a uma só organização.

A maioria dos contributos teóricos identifica novas componentes empíricas relevantes para a análise sociológica mas também reconhece fragilidades no chamado “movimento dos movimentos”.

Utilizando o conceito de movimento social concebido por Touraine, Wieviorka (2003: 35) defende que o conflito transportado pela alterglobalização não pode ser encarado como um *movimento social constituído* porque “não se dotou ainda de um projecto, nem de uma definição suficientemente clara de adversário”. De acordo com o autor nas suas campanhas subsistem referências de oposição ao capitalismo, ao imperialismo, ao americanismo e ao neoliberalismo, mas não existem orientações comuns face a estas temáticas. O autor (2008: 45) considera que a *radicalização* dos discursos e das acções pode reduzir a capacidade de os movimentos globais avançarem para uma fase mais propositiva. Argumentando que a análise das relações que os movimentos sociais estabelecem com o sistema político institucional é essencial para compreender as estratégias e os resultados por si alcançados, Tarrow (2005: 207) afirma que a *estrutura das oportunidades políticas* se torna mais difícil de avaliar quando se trata do sistema político internacional. A desterritorialização dos centros de decisão política diminui a possibilidade de acesso dos movimentos sociais aos seus mecanismos de deliberação. Por outro lado, a diversidade das identidades colectivas, portadoras de diferentes concepções de luta, gera divergências internas que dificultam a possibilidade de se desencadear uma identidade colectiva transnacional (Tarrow, 2005).

Porta (2008) afirma ainda que não só existe uma dificuldade em adaptar os instrumentos de análise utilizados para compreender as mobilizações nacionais às de escala global, como a participação massiva dos movimentos sociais do “Sul”, onde a variável classe social adquire maior importância na explicação do envolvimento nas mobilizações, deve conduzir as problemáticas europeias à reformulação de determinadas categorias de análise. No entanto, tal como sugere Porta (2008), os debates sobre as acções alterglobalização permanecem em aberto.

4. O Fórum Social Português: que expressões alterglobalização na sociedade portuguesa?

Na sociedade portuguesa, aquando da revolução política de 25 de Abril de 74 e da instauração da democracia, verificaram-se elevados níveis de participação cívica que decresceram progressivamente (Cruz, 1995; Cabral, 2004; Barreto, 2002; Schmitter, 2004).

Na década de 90, Santos (1994: 314) afirmava que, com o início da democracia, despontaram não só os “velhos” como os “novos” movimentos sociais. Mas o facto de a sociedade portuguesa se caracterizar, ainda, muito pelo interesse de satisfazer necessidades sociais básicas e pelo ideário dos valores materialistas, conduziu a que as causas dos novos movimentos sociais, que despontaram profusamente no pós-25 de Abril, perdessem o seu terreno de reivindicação. Como outros factores que poderão auxiliar na compreensão da fragilidade dos movimentos sociais e da quase ausência de novas expressões de acção colectiva, o autor (1994: 230) avança com a hipótese de ocorrer um fenómeno de *superpolitização* dos movimentos sociais através da cooptação partidária.

Estanque (1999) também reconhece a fragilidade das formas de acção colectiva e dos movimentos sociais portugueses, mas enuncia que, a partir da década de 80, estes tendem a apresentar características diferentes. O autor destaca a tendência para o surgimento de acções de carácter mais local e disseminado e para uma crescente mediatização e diminuição do conteúdo ideológico dos protestos. Como possíveis causas, o autor aponta, entre outras, o esmorecer dos protestos de base classista e a individualização dos laços sociais e laborais.

Num estudo recente, Mendes e Seixas (2005) tentam contrariar os pressupostos de que os portugueses demonstram possuir uma fraca propensão para o envolvimento em formas de mobilização colectiva. Corroborando a tese de Estanque de que os protestos são marcadamente locais, os autores afirmam que o período entre 1992 e 2002 é atravessado pela ocorrência significativa de protestos relacionados com direitos sociais elementares. Segundo os autores, não ocorrem frequentemente protestos relacionados com temas pós-

materialistas, embora as acções relacionadas com as questões do ambiente apresentem alguma tendência para aumentar.

Neste contexto, como podemos explicar a emergência do FSP, que se inscreve nas dinâmicas das acções transnacionais alterglobalização?

Em Portugal, a ideia de organizar um Fórum Social surge, em 2002, de activistas, intelectuais e figuras ligadas a partidos políticos de esquerda que tinham participado no primeiro e/ou segundo FSM realizado em Porto Alegre, no Brasil.

Em Maio de 2002, em Lisboa, realiza-se o primeiro plenário onde se pretendeu mobilizar e informar as associações sobre a natureza dos fóruns sociais alternativos. Em Setembro de 2002, é aprovada a Declaração de Coimbra por 80 organizações. Nesta declaração, o FSP constitui-se como representante de “(...)um movimento de movimentos que se reconhecem no espírito do Fórum Social Mundial e dos Encontros Continentais que, por todo o planeta, proclamam que um outro Mundo mais Pacífico, Justo, Solidário e Sustentável é não apenas necessário, mas possível (...) Este espaço não pretende representar o conjunto da sociedade portuguesa, mas amplificar a voz d@s muit@s que condenam as políticas económicas, sociais, ambientais e culturais do neoliberalismo, a guerra, o sexismo, o racismo, a homofobia, a xenofobia, a pobreza, a exclusão social e a injustiça” (www.forumsocialportugues.org).⁵

O modelo de funcionamento do FSP foi inspirado no FSM e na sua carta de princípios.⁶ Mas, ao invés do FSM, os partidos políticos associaram-se activamente ao seu processo de organização. Assim, o Bloco de Esquerda (BE) e o Partido Comunista Português (PCP) estiveram presentes em todos os plenários e participaram nos processos de tomada de decisão. Esta opção foi acordada pelos participantes, mas originou inúmeras

⁵ Além do FSM, foram também criados fóruns nacionais, de que é exemplo o FSP, continentais, como o Fórum Social Europeu, e temáticos. Toda a informação sobre o 1º e 2º FSP foi recolhida no seu sítio oficial (www.forumsocialportugues.org) através da análise às actas dos encontros plenários de preparação dos eventos.

⁶ A carta de princípios opõe-se ao capitalismo global e aos adversários corporizados nas multinacionais e afirma que no FSM “não deverão participar representações partidárias nem organizações militares”. A programação oficial do FSP, à semelhança do FSM, dividiu-se em três campos de discussão: conferências, mesas de diálogo e controvérsias, e oficinas.

controvérsias, imperceptíveis nos documentos oficiais mas possíveis de escarpelizar através da análise de conteúdo às entrevistas realizadas às associações presentes no FSP.

O primeiro FSP realizar-se-ia, em Junho de 2003, em Lisboa, com a participação de 237 organizações e de duas mil pessoas inscritas. Compareceram, entre outras, associações sindicais, ambientalistas, de desenvolvimento local e cultural, ONG ligadas aos direitos humanos e às questões do desenvolvimento, à defesa dos direitos LGBT, das mulheres e dos imigrantes.

O segundo FSP realizar-se-ia em Outubro de 2006, em Almada, com uma participação das associações e dos cidadãos muito inferior à do primeiro FSP.⁷ Este foi o último FSP realizado até à data (2010).

⁷ Não é possível aferir o número de participantes presentes. Ao contrário do primeiro FSP, não existe uma lista oficial do número de participantes.

5. Perfil das associações\organizações

O quadro abaixo representado sintetiza informação sobre a natureza e as esferas de actuação das associações seleccionadas para objecto do nosso estudo:

Quadro 1 Perfil das associações/organizações⁸

| Associações | Data de Fundação | Objectivos e áreas de actuação |
|-------------------|------------------|---|
| AJPAZ | 1973/1986 | ONGD pacifista e feminista. Os seus projectos de intervenção centram-se no âmbito do desenvolvimento local, na promoção da economia solidária e da educação popular. |
| ATTAC Portugal | 1999 | Rede internacional, presente em cerca de 40 países, que surgiu em França, em 1998, contra a economia especulativa e a <i>ditadura dos mercados</i> . Afirmou-se pela defesa da aplicação da taxa Tobin. |
| CIDAC | 1974 | ONGD que surgiu associada à luta contra o colonialismo e à defesa da autodeterminação das ex-colónias portuguesas. Os seus projectos centram-se nas áreas da cooperação e da educação para o desenvolvimento nos países de língua oficial portuguesa. |
| CGTP | 1970 | Central sindical que defende os direitos dos trabalhadores. Preconiza o sindicalismo de classe. Congrega cerca de 127 sindicatos de diferentes sectores de actividade. |
| CNA | 1978 | Confederação que defende os interesses dos agricultores portugueses, particularmente da chamada agricultura familiar. Congrega 60 associações de agricultores. |
| GAIA | 1996 | Assume-se como uma ONG ambientalista que conjuga os temas da |

⁸ Acção para a Justiça e Paz (AJPaz); Associação para a Taxação das Transacções Financeiras para a Ajuda aos Cidadãos (ATTAC); Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral (CIDAC); Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP); Confederação Nacional dos Agricultores (CNA); Grupo de Acção e Intervenção Ambiental (GAIA); Panteras Rosa – Frente de Combate à LesbiGayTransFobia (PR); Solidariedade Imigrante (SOLIM); SOS Racismo (SOS); União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR).

sustentabilidade ambiental e da equidade socioeconómica.

| | | |
|---------------|------|--|
| Panteras Rosa | 2004 | Rede de acção directa de defesa dos direitos sexuais que afirma combater a discriminação homofóbica. |
| SOLIM | 2001 | Associação que promove e defende os direitos dos imigrantes. |
| SOS Racismo | 1990 | Associação vocacionada para a denúncia da discriminação racial e da xenofobia. |
| UMAR | 1976 | ONG feminista que promove a igualdade e a paridade de género nas esferas económica, social e cultural. |

O facto de associações/organizações como a CGTP, a CNA, a AJPaz, o CIDAC e a UMAR se constituírem na década de 70 corrobora a tese de Santos (1994) de que, em Portugal, os “velhos e “novos” movimentos sociais surgiram em simultâneo. Ao longo da década de 90, formam-se associações como o SOS Racismo, o GAIA e a ATTAC-Portugal. A última é já considerada como pertencente ao conjunto dos movimentos emergentes no âmbito das acções alterglobalização (Wieviorka, 2003). Com um início de actividade mais recente, surgem a SOLIM e as PR. Esta rede de activistas relaciona o seu aparecimento com a participação dos seus membros nos fóruns sociais internacionais e com os seus princípios de organização, nomeadamente com a fluidez das relações e a horizontalidade nos processos de tomada de decisão.

No que diz respeito às formas de financiamento, somente a CGTP afirma suportar a sua estrutura organizacional quase exclusivamente pela via da quotização. Os projectos de intervenção no terreno do conjunto de associações são, em geral, financiados por programas custeados pelo estado português e pela Comissão Europeia, factores que poderão obstaculizar a autonomia face aos poderes políticos. As PR afirmam funcionar com autonomia financeira, por desenvolverem as suas actividades com base na Internet e em formas de acção directa. Estas circunstâncias podem ajudar a explicar o facto de ser o único actor que não está constituído formal e legalmente. O GAIA, à semelhança das PR,

utiliza também formas de acção directa. Os modos como ambas definem as suas identidades e preconizam as suas intervenções aproximam-nas dos grupos de acção directa que McDonald (2002) considera como pertencentes às formas de acção colectiva contemporâneas.

5.1. Representações, redes e esferas de actuação sobre os temas da globalização

As iniciativas alterglobalização surgiram intimamente ligadas aos temas da globalização. Os protestos de rua dirigem-se sempre às cimeiras das instituições financeiras e políticas mundiais e os documentos produzidos no âmbito dos fóruns sociais consubstanciam discursos críticos em relação ao *neoliberalismo*, ao *imperialismo* e à *globalização capitalista*, classificada como *racista*, *sexista*, *destruidora do meio ambiente* e como impulsora do agudizar dos fenómenos de *exclusão* e *desigualdades sociais* (www.forumsocialportugues.org). Os entrevistados identificam-se com as críticas geradas nestes espaços. Na maioria dos discursos, os temas da globalização associam-se à crítica e à contestação ao neoliberalismo e ao capitalismo. Mesmo quando não se evidenciam estas acepções, é constante a referência aos processos económicos globais e às repercussões determinantes na direcção de outras dimensões da vida colectiva. Os discursos apontam para uma forte *oposição e resistência* à dominação social, económica e à hegemonização cultural (Farro, 2002, 2004). Por outro lado, os entrevistados tendem a relacionar a problemática dos processos de globalização com a identidade das suas organizações. Esta combinação entre as suas esferas de actuação e os modos como avaliam os temas da globalização pode ilustrar, ainda que limitadamente, a ausência de temas de acção comuns (Wieviorka, 2003). A globalização é também perspectivada como uma teia de relações complexas e dinâmicas entre o local e o global.

Tentamos ligar as nossas intervenções locais ao contexto mais amplo do neoliberalismo e da sociedade capitalista. A horta popular⁹ tem o significado de oposição a uma certa lógica de ocupação dos espaços que o sistema capitalista faz, ligando-a com as questões da soberania alimentar. (GAIA)

⁹ Horta criada com o apoio do GAIA, em Lisboa, entre os bairros da Mouraria e da Graça.

Este tipo de globalização é neoliberal e sexista (...), as mulheres são as mais prejudicadas quando se fala no desemprego e na precariedade (...), a pobreza tem rosto de mulher (...), elas são realmente este rosto da globalização que sofre mais. (UMAR)

Apesar de as suas narrativas consubstanciarem uma visão crítica dos processos de globalização, também lhe reconhecem aspectos positivos. Estes relacionam-se com as características apontadas por diferentes autores (McDonald, 2002, 2006; Farro, 2002, 2004; Tilly, 2004; Tarrow 2005; Wieviorka, 2008) como sendo peculiares da acção colectiva contemporânea: a utilização das TIC como um factor benéfico para a transformação de causas locais em causas globais, um meio de potenciar a capacidade de mobilização e de alargar as redes de interacção entre os movimentos sociais.

Mas é *a cultura das redes* (McDonald, 2002, 2006), nacionais e/ou internacionais, corporizada em modos de organização *fluidos* (Farro, 2002, 2004) e associada às iniciativas alterglobalização, uma prática habitual das associações?

As entrevistas realizadas revelam que, em geral, os actores estão integrados em organismos nacionais e/ou internacionais institucionais relacionados com as suas esferas de acção mas, em certa medida, distantes do funcionamento das plataformas em rede.¹⁰ Na maioria dos casos, estas ligações, mais formais do que informais, não correspondem à sua participação nas iniciativas alterglobalização, mas poderão significar uma orientação geral para um envolvimento crescente em organismos de representação comuns.

As associações que apresentam algumas características de actividade horizontal são as que referiram possuir, nos últimos tempos, uma maior preocupação para o desenvolvimento interno de grupos de trabalho em rede (UMAR e GAIA) ou as que surgiram, desde a sua implementação, da interacção com redes internacionais.

Como exemplo do modelo de acção *fluido* e em *rede* (McDonald, 2002, 2006) destaca-se o exemplo das PR, que se inspiram no modelo de acção directa das Panteras Rosa

¹⁰ Por exemplo, a CGTP pertence à Confederação Europeia dos Sindicatos. A CNA está representada na Coordenadora Europeia da Via Campesina. A SOLIM e o SOS pertencem à Migraeuropa e à Rede Europeia Anti-Racista. A AJPaz e o CIDAC pertencem à Plataforma Portuguesa das ONGD e participam na Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local. A UMAR está representada no Conselho Consultivo para a Igualdade e Direitos das Mulheres.

francesas (Panthères Rose). O próprio activista das PR considera que as TIC foram fundamentais para a sua inserção nas redes de activismo internacionais. No caso de grupos que desenvolvem o seu activismo com base em poucos recursos económicos, a utilização das TIC pode facilitar o acesso à informação e ao envolvimento em redes globais (Bennet, citado por Tilly, 2004). O membro da ATTAC também reconhece que a Internet acelerou a integração da secção portuguesa na plataforma internacional. Por último, aludimos à criação da Coordenadora Portuguesa da Marcha Mundial das Mulheres (MMM)¹¹, surgida no âmbito das iniciativas alterglobalização. Na rede portuguesa, a UMAR assume-se como uma das suas principais animadoras, mas participam também o grupo de trabalho das mulheres imigrantes da SOLIM e a AJPaz. A dirigente da UMAR acredita ainda que as TIC potenciaram a difusão da rede feminista global. Apesar de a referência a redes de trabalho comuns não ser frequente nos discursos dos entrevistados, foram evocadas formas de solidariedade entre as associações ligadas aos temas da discriminação (de género, sexual, étnica) e que apresentam um discurso construído em torno da *subjectividade identitária* (Farro, 2002, 2004).

5.2. Mobilização para a acção: envolvimento e participação no primeiro e segundo FSP

À excepção do CIDAC, cuja presença nos fóruns sociais ocorreu pela primeira vez no FSP, todas as organizações participaram em eventos anteriores ao FSP, nomeadamente nos FSM e no Fórum Social Europeu (FSE). Os actores admitem que nestas iniciativas desempenharam mais o papel de observadores atentos do que o de agentes activos na construção de oficinas de discussão (apenas a CGTP, a UMAR, no âmbito da MMM, e a AJPaz mencionaram ter realizado oficinas nos FSM). No entanto, consideram que já estavam mobilizados para as acções internacionais e que destes encontros surgiram interacções importantes, ainda que muitas vezes esporádicas, com associações de outros países.

¹¹ A MMM é uma rede feminista internacional que engloba associações de vários países e que tenta empreender acções que ajudem a combater as situações de pobreza e de violência contra as mulheres.

Quanto ao FSP, os interlocutores dinamizaram o seu processo de construção, participando quer nos grupos responsáveis pela sua organização, quer nos mecanismos de tomada de decisão, designadamente nas reuniões plenárias.

O FSP pretendia incluir-se no espectro das acções colectivas alterglobalização, que se afirmam pela autonomia face à acção política partidária. O FSP adoptou a Carta de Princípios do FSM, mas eliminou a consideração que proíbe a participação activa dos partidos políticos.

O tema da participação dos partidos (BE e PCP) ganhou especial relevância durante o processo de análise de conteúdo. A sua presença, de acordo com os testemunhos, sugere-nos que moldou e guiou a estruturação do FSP, os seus resultados e o seu futuro. No decorrer da realização das entrevistas, observou-se que a anuência em relação à presença dos partidos constituiu-se mais como o resultado de um processo de conformismo do que da transposição de uma prática pensada como muito benéfica para o conjunto das associações. Alguns discursos deixam transparecer que a realização do FSP não teria sido possível sem os partidos políticos e que talvez, na sociedade portuguesa, as relações entre a esfera da acção partidária estejam intimamente imbricadas no domínio de outros modos de activismo. Tal como é mencionado por alguns interlocutores, a proibição da entrada dos partidos conduziria a que estes se apresentassem através de outras organizações. Poderá existir uma confluência entre a militância partidária e outras práticas de associativismo, onde alguns indivíduos exercem um activismo multiparticipativo (assumido pelos membros da AJPaz e do SOS Racismo).

Foi um dirigente partidário quem defendeu a participação dos partidos. Disse: “você decidem que os partidos não participam, tudo bem. No próximo plenário, eu apareço cá enquanto activista da organização XPTO. O melhor, para evitar esta falta de transparência, vamos assumir que os partidos participam.”¹²

A partir do momento em que os partidos podem participar, há uma transparência de participação, mas instala-se uma conflitualidade política dentro das reuniões. Sem dúvida

¹² Por razões de protecção do anonimato dos entrevistados (instituições e pessoas), não identificámos os agentes destes excertos de discursos.

que não sendo os partidos representados não era necessariamente melhor, porque criava outra situação que era a de que os partidos utilizariam militantes seus para fazerem a mesma guerra.

Contudo, apenas três interlocutores (CIDAC, GAIA e PR) discordam da participação activa dos partidos políticos ou afirmam que se deveriam ter apresentado enquanto observadores. O CIDAC, o GAIA, as PR e as SOLIM reforçam o seu desejo da afirmação do FSP como um espaço independente dos partidos, principalmente porque acreditam que, em Portugal, os movimentos sociais são frágeis.

Alguns interlocutores pensam que o primeiro FSP se caracterizou como um espaço de confronto entre o BE e o PCP. Nas suas reflexões, este foi o principal motivo que possibilitou a realização do evento e, ainda que seja aparentemente contraditório, uma participação mais autónoma das associações.

O 1º FSP teve muita liberdade e os movimentos puderam conhecer-se, propor iniciativas, porque havia um equilíbrio entre partidos (BE e PCP), uma espécie de acordo ou impasse. Portanto, enquanto eles ficaram ali, nós fizemos coisas.

Apesar de este exemplo denunciar que os partidos poderão ter assumido um protagonismo excessivo, os entrevistados negam que tenha existido qualquer tipo de submissão das suas identidades. Contudo, associações como a UMAR ou as PR sentiram necessidade de afirmar o seu espaço de intervenção, devido à ocorrência de dinâmicas de resistência interna.

Apresentámos uma lista de mulheres porque queríamos paridade nos debates. Foi muito difícil porque a resistência a que as mulheres ocupem maior espaço de afirmação é grande. Foi um grande problema, mas também impusemos algumas regras dentro do FSP. O movimento LGBT foi um movimento muito aliado. (UMAR)

Atributos como *desgastante*, *cansativo* e *esgotante* caracterizam os discursos sobre o FSP. Além das contendas entre os partidos políticos, os entrevistados aludem também à

dificuldade em regular as tensões resultantes da presença da multiplicidade das identidades colectivas e das suas agendas temáticas.

(...) estarmos na frente feminista e também na LGBT e haver uma associação de agricultura que não tem nada estes temas na agenda (...); no global, concordar com tudo é muito fácil, concordar com a carta de Coimbra, mas na prática organizar isto num espaço, num programa, houve conflitos profundos. (AJPaz)

Mas esta mesma pluralidade de identidades (Farro, 2002, 2004) é encarada como um dos aspectos mais positivos do primeiro FSP. A tentativa de construção de uma *cultura das redes* (McDonald, 2002, 2005) é referida como tendo sido proporcionada pelo FSP. A AJPaz, a UMAR, em parceria com outras associações de defesa dos direitos sexuais, criaram a Rede Lilás, com a finalidade de intervir no FSP e de difundir a MMM em Portugal. A Rede Lilás foi-se transformando progressivamente na Coordenadora Portuguesa da Marcha Mundial das Mulheres. A ATTAC, o CIDAC e o GAIA formaram o grupo Afinidades, cujo objectivo era o de desenvolver iniciativas entre associações que partilhassem o mesmo grau de autonomia face aos partidos políticos.

Outro aspecto interessante foi o facto de o FSP se ter constituído como a principal via para o começo de novas interações entre as associações LGBT e a CGTP, que resultaram na sua participação na marcha anual LGBT.

Apesar das dissensões que atravessaram o primeiro FSP, os entrevistados afirmam que foi a primeira vez que se realizou, na sociedade portuguesa, um evento desta natureza, com a finalidade de se integrar nas dinâmicas alterglobalização, intersectar identidades distintas e trabalhar conjuntamente diferentes temas.

Após o primeiro FSP, a participação dos partidos políticos continuou a delinear a iniciativa. Esta constatação é retirada de um documento oficial:

É do conhecimento geral que, em Portugal, os partidos políticos participam no Fórum. Se o Fórum Social Português se quer afirmar como espaço de liberdade plena em que todos os participantes apresentam projectos, partilham experiências, socializam ideias, criam complementaridades e alargam parcerias, reforçar a autonomia do processo iniciado em

2003 em relação à agenda político-partidária é fundamental.
(www.forumsocialportugues.org)

Este objectivo parece não ter sido atingido, em 2006, com a realização do segundo FSP. Este foi marcado quer pela desistência de algumas das associações participantes no primeiro, quer por níveis de adesão dos cidadãos muito inferiores. Os actores não lhe atribuem as mesmas qualidades positivas que concedem ao primeiro e perspectivam as suas dinâmicas de organização e debate como muito menos interessantes.

Alguns testemunhos transportam a ideia de que, no primeiro FSP, a disputa política entre o BE e o PCP possibilitou a sua realização. Esta contenda, apesar de parecer determinar a sua direcção organizativa, deixou algum espaço livre para as associações realizarem as suas iniciativas. Assumindo-se que esta disputa deixou de existir no segundo FSP, devido a um menor envolvimento do BE, é considerado que o evento sofreu um processo de instrumentalização por parte do PCP e que as associações não conseguiram evitar o seu controlo político. Nas suas opiniões, esta hegemonização está na origem do fim da dinâmica do FSP e conduziu a que não se propusesse a realização de uma terceira edição. Estes testemunhos sugerem que o sucesso ou insucesso do FSP dependeu dos partidos e que uma iniciativa que pretendia representar as acções alterglobalização foi cooptada pela acção política institucional.

O problema do 2º FSP é que o BE saltou e nós ficámos sozinhos com o PC. Enquanto no 1º FSP não tinha havido hegemonização de um partido sobre o processo, no 2º houve e isso foi matar o processo em definitivo.

No 2º FSP, participámos na organização mas, a certa altura, o processo estava completamente controlado pelo PCP e não tinha qualquer interesse. Achei que estava tão sozinho naquelas reuniões...

5.3. Movimentos alterglobalização: ser ou não ser?

Os fóruns sociais e os protestos alterglobalização podem ser equacionados como representantes de práticas de cidadania cada vez mais transnacionais, mas a pluralidade de identidades e de orientações temáticas contribui para que alguns autores lhe

reconheçam fragilidades no alcance das reivindicações avançadas e na edificação de uma dinâmica de acção mais propositiva (Wieviorka, 2003, 2008; Tarrow, 2005). Le Bot (2008) defende que as iniciativas alterglobalização tiveram um processo de crescente mobilização colectiva, que se estendeu entre a manifestação de Seattle contra a cimeira da OMC (1999) e as mobilizações contra a guerra no Iraque (2003), mas que actualmente se encontram num estado de fragilização e de descredibilização, pois não conseguem conjugar a sua face de contestação com a de proposição.

Sendo os nossos interlocutores participantes nos fóruns sociais internacionais, foi importante conhecer as suas representações sobre a possibilidade da existência de um movimento à escala global. À excepção do dirigente da CNA, a maioria dos interlocutores tende a considerar que existe um movimento alterglobalização a nível internacional, mas que as suas acções atravessam um período de menor dinamismo.

A confluência de associações portadoras de identidades distintas para tentar discutir problemáticas conjuntas e a sua capacidade para conceber redes transnacionais são perspectivadas como os aspectos mais positivos dos eventos alterglobalização.

Uma das principais questões foi ter dado esperança às pessoas, ou seja, mostrou que a diversidade não é um fenómeno que dê origem a dispersão. Essa diversidade ajuda a construir movimentos em torno de algumas questões comuns, como foi o caso da guerra no Iraque. (UMAR)

Por outro lado, existem actores que procuram espaços emancipatórios, que lhes permitam afirmar as suas identidades e expor as suas características discriminadas pela sociedade em geral (Farro, 2002).

O que eu aprecio mais é mesmo esta lógica de multiplicidade de agendas. Isto é herdeiro do FSM: ninguém pode falar do movimento homossexual a não ser os homossexuais, eu não posso falar em nome dos imigrantes porque não sou imigrante. É uma lógica emancipadora das identidades que são mais discriminadas dentro dos próprios movimentos. (PR)

Considerando que o destino do FSP ficou dependente da acção partidária e sem perspectivas de se realizar uma terceira edição, dificilmente os entrevistados poderiam

considerar a existência, na sociedade portuguesa, de uma agenda alterglobalização concertada entre diferentes associações. Alguns entrevistados reconhecem que, apesar de possuírem preocupações em torno dos problemas da globalização, as suas práticas têm dificuldade em se inserir nas suas dinâmicas.

Existem algumas organizações, mas movimento não. O que é que podia ter gerado um movimento alterglobalização em Portugal? Era uma experiência positiva dos FSP. A experiência não resultou, não potenciou os movimentos. (CGTP)

Acho que não, porque não têm as dinâmicas dos movimentos alterglobalização de outros países. Podemos dizer que a SOLIM se enquadra nos princípios desse movimento, mas as práticas é que estão ainda longe. Algumas dinâmicas são feitas por nós ou pelo GAIA, mas são muito incipientes. (SOLIM)

6. Considerações Finais

As tradições teóricas consagradas na sociologia dos movimentos sociais têm partilhado o interesse pelo debate em torno dos movimentos alterglobalização. Como tem sido reiterado, as diferentes abordagens congregam-se na importância conferida às TIC no desenvolvimento do carácter transnacional dos movimentos sociais da actualidade, mas distinguem-se na discussão sobre a emergência de novas formas de acção colectiva.

Farro (2002, 2004) e McDonald (2002, 2006), próximos dos contributos da teoria accionalista, colocam o seu enfoque analítico em temas como a fluidez dos modos de organização e a importância da afirmação da subjectividade identitária na construção das acções. McDonald (2002, 2006) defende que estes atributos apelam a mudanças conceptuais sem as quais é difícil compreender os “novos” conflitos sobre a globalização. Autores como Tarrow (2005) e Tilly (2004) consideram que estas acções representam sobretudo uma transposição do *contencioso político* emergente no espaço nacional para o internacional. Colocando esta hipótese, os conceitos de movimento social e identidade colectiva, em torno dos quais têm surgido as principais divergências analíticas entre a “tradição europeia” e a “tradição norte-americana”, tornam-se ainda mais difíceis de operacionalizar.

A complexidade das análises aumenta quando estamos perante uma teia de acções que junta identidades provenientes de diferentes tradições de luta e imbuídas de múltiplos significados de acção. A profusão das identidades acarreta também uma dispersão das suas formas de contestação e de proposição (Le Bot, 2008; Wieviorka, 2008), assim como torna mais difícil avaliar a *estrutura de oportunidade política* transnacional (Tarrow, 2005).

Este conjunto de análises teóricas, surgidas no quadro dos chamados países centrais, é também difícil de adaptar ao contexto da sociedade portuguesa. Assim, a tentativa de enquadramento do objecto de estudo empírico no âmbito das teorias seleccionadas não se constituiu como uma tarefa fácil. Não é possível considerar que, à semelhança de outros países, exista uma extensão do contencioso político surgido no espaço doméstico para o internacional. O universo restrito da nossa pesquisa sugere-nos que, a nível nacional, ocorre um processo inverso, ou seja, a expressão de “novas” formas de mobilização (de actividade em rede ou de participação em plataformas de acção internacionais) – sendo que a adjectivação “novas” é sempre discutível –, desponta de relações orientadas do exterior para o interior, ou seja, por influência do contexto e da participação em acções internacionais. Alguns factores, como os baixos níveis de associativismo e de participação cívica, ou ainda de os “velhos” e “novos” movimentos sociais terem despontado em simultâneo, podem ajudar a explicar estes fenómenos (Santos, 1994). Contudo, o estudo das novas formas de mobilização colectiva existentes na sociedade portuguesa não se esgota na análise ao FSP. Um estudo mais aprofundado requereria alargar a pesquisa a outros actores e a outras temáticas sobre a evolução do perfil organizacional das associações, das suas estratégias de internacionalização e da sua inclusão em parcerias de actuação transnacionais.

Embora o destino do FSP se pareça pautar pela intervenção dos partidos políticos, nomeadamente do BE e do PCP, optámos por não os entrevistar, porque o objectivo inicial era o de explorar a expressão das acções alterglobalização autodefinidas como alternativas à acção partidária.

Mas o rumo da pesquisa empírica orientou-nos para a problematização do seu desempenho. O FSP regeu-se pela carta de princípios do FSM, mas alterou-a relativamente à possibilidade de inclusão activa dos partidos políticos. Esta observação

aponta para uma contradição inicial: como é que se pretende ser um espaço alternativo à esfera política institucional e se permite simultaneamente que os seus representantes participem na sua construção?

As debilidades da acção colectiva ficaram retratadas no estudo sobre FSP onde se denotou uma fraca autonomia das esferas de actuação das associações face aos partidos políticos. Santos (1994) coloca a hipótese exploratória de que, na sociedade portuguesa, possa ocorrer a *superpolitização* dos movimentos sociais e um processo de cooptação de formas de acção colectiva surgidas no exterior da actividade dos partidos políticos. Será que as formas de acção colectiva, alternativas ao espaço político institucional, não surgirão, desde o seu início, em Portugal, com ligações aos partidos? Ou estará a *estrutura de oportunidade política* (Tarrow, 2005) pouco aberta ao surgimento de novos espaços de acção colectiva? Estarão as causas que se ocupam dos temas materialistas e pós-materialistas, *grosso modo*, divididas entre os campos políticos do PCP e do BE, e incluídas nas suas agendas partidárias, existindo, muitas vezes, uma confluência entre militantes dos partidos políticos e membros de associações que se auto-afirmam como sendo independentes dos interesses políticos? Estes são temas que poderão ser explorados noutros caminhos de investigação.

A pluralidade dos actores, à semelhança de outros eventos alterglobalização de maior dimensão, gerou divergências mas também originou novas interacções e a tentativa de construção de redes de actuação comuns (como a Rede Lilás, o grupo Afinidades, a participação da CGTP na marcha LGBT, ou ainda o surgimento das PR no quadro das interacções estabelecidas nos fóruns sociais internacionais).

Sem dúvida que a possibilidade de uma maior integração das associações no espaço mundial é facilitada pela sua participação nas acções de contestação internacionais e pelas redes suportadas pelo desenvolvimento das TIC, mas, no âmbito da pesquisa empreendida, as conclusões apontam para a existência, no cenário nacional, de *ecos* de novas formas de acção colectiva que se vão desenhando nos palcos internacionais.

Referências Bibliográficas:

- Barreto, António (2002), *Tempo de Incerteza*, Lisboa, Relógio D'Água.
- Cabral, Manuel Villaverde (2004), “Confiança, mobilização e representação política em Portugal”, em André Freire, Marina Costa Lobo, Pedro Magalhães (orgs.), *Portugal a Votos: As Eleições Legislativas de 2002*, Lisboa, ICS.
- Cruz, Manuel Braga da (1995), *Instituições Políticas e Processos Sociais*, Vendas Novas, Bertrand Editora.
- Diani, Mario (2003), “O contributo da comunicação mediada por computador na dinâmica social das comunidades”, em José Rebelo (orgcoord.), *Novas Formas de Mobilização Popular*, Porto, Campo das Letras, pp. 91-103.
- Estanque, Elísio (1999), “Acção colectiva, comunidade e movimentos sociais: para um estudo dos movimentos de protesto público”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 55, pp. 85-111.
- Farro, Antimo (2002), “Conflicts of the globalisation movement”, comunicação apresentada no XIV Congresso Mundial de Sociologia, Julho de 2002, Brisbane.
- Farro, Antimo (2004), “Actors, conflicts and the globalization movement”, *Current Sociology*, 52, disponível em: <http://csi.sagepub.com/cgi/content/refs/52/4/633>
- Le Bot, Yvon (2008), “Orientamenti e significati del movimento anti/alterglobal: prospettive transatlantiche e influenze del movimento zapatista” em Antimo L. Farro e Paola Rebughini (org.), *Europa Alterglobal: Componenti e Culture del “Movimento dei Movimenti” in Europa*, Milão, Franco Angeli.
- McDonald, Kevin (2002), “From solidarity to fluidarity: social movements beyond collective identity – the case of globalisation conflicts”, comunicação apresentada no XIV Congresso Mundial de Sociologia, Julho de 2002, Brisbane.
- McDonald, Kevin (2006), *Global Movements: Action and Culture*, Oxford, Blackwell Publishers.
- Melucci, Alberto (1996), *Challenging Codes: Collective Action in the Information Age*, Cambridge, Cambridge University Press.

- Mendes, José Manuel, e Ana Maria Seixas (2005), “Acção colectiva e protesto em Portugal: os movimentos sociais ao espelho dos media (1992-2002)”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 72, pp. 99-127.
- Porta, Donatella della, e Mario Diani (1999), *Social Movements: An Introduction*, Oxford, Blackwell Publishers.
- Porta, Donatella della (2008), “L’altermondialismo et la recherche sur les mouvements sociaux. Quelques réflexions”, *Cultures & Conflits*, 70, disponível em : <http://www.conflits.org/index12293.html>
- Santos, Boaventura de Sousa (1994), *Pela Mão de Alice: O Social e o Político na Pós-modernidade*, Porto, Afrontamento.
- Schmitter, Philippe C. (2004), *Portugal: do Autoritarismo à Democracia*, Lisboa, ICS.
- Scott, John (2001), “Protest and collective mobilisation”, em John Scott, *Power*, Cambridge, Polity.
- Tarrow, Sidney (2005), *The New Transnational Activism*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Tilly, Charles (1999), “Conclusion: from interactions to outcomes in social movements”, em Marco Giugni, Doug McAdam e Charles Tilly (orgs.), *How Social Movements Matter*, Minneapolis, University of Minneapolis Press.
- Tilly, Charles (2004), *Social Movements 1768-2004*, Boulder, Paradigm Publishers.
- Touraine, Alain (1984), *O Retorno do Actor*, Lisboa, I. Piaget.
- Touraine, Alain (1997), *Iguais e Diferentes: Poderemos Viver Juntos?*, Lisboa, I. Piaget.
- Wieviorka, Michel (2003), “Os movimentos antimundialização”, em José Rebelo (coordorg.), *Novas Formas de Mobilização Popular*, Porto, Campo das Letras.
- Wieviorka, Michel (2008), “Movimenti, nuovi movimenti, movimenti globali”, em Antimo L. Farro e Paola Rebughini (a cura diorg.), *Europa Alterglobal: Componenti e Culture del “Movimento dei Movimenti” in Europa*, Milão, Franco Angeli.

Sites consultados:

www.forumsocialmundial.org.br

www.forumsocialportugues.org